

A formação dos territórios e a constituição das memórias na cidade de Franco da Rocha (SP)

Adilson S. Reis*

Resumo: O presente artigo busca analisar como a formação dos territórios em Franco da Rocha acabou por produzir identidades e memórias que se conectam e contrapõem a uma dada visão da cidade. As intervenções a partir do Hospital Psiquiátrico do Juqueri e a proximidade do município junto a capital foram sendo habilitadas como identidade desta urbe. Analisando as imagens socialmente construídas em um longo período, observamos que as intervenções do poder público acabaram por ocupar lugar de destaque na identidade pretendida por alguns grupos sociais. Neste sentido procuro (re)avaliar essa memória, sobretudo, recuperando e inserindo outras identidades que estão presentes na formação da cidade.

Palavras-chave: Franco da Rocha. Cidade. Memória. Identidade. Cultura popular.

Abstract: The present article looks for to analyze as the formation of the territories in Franco of Rocha it ended for producing identities and memoirs that they are connected and they oppose the one given vision of the city. The interventions to leave of the Psychiatric Hospital of Juqueri and the proximity of the municipal district close to capital, they went being qualified as identity of this urban. Analyzing the images socially built in a long period, we observed that the interventions of the public power ended for occupying prominence place in the identity intended by some social groups. In this sense seek (re)to evaluate that memory, above all, recovering and inserting other identities that are present in the formation of the city.

Key-words: Franco of Rocha. City. Memory. Identity. Popular culture.

Os territórios que compõem a cidade têm um caráter subjetivo, simbólico, de um espaço no qual os sujeitos estabelecem um vínculo afetivo, constroem histórias, e ao longo do tempo atribuem significados diferenciados para ele. Muitas vezes, estas experiências estão em contradição com as próprias formas territoriais ditadas pelo poder do capital e pela racionalidade do Estado. É familiar aos pesquisadores das ciências sociais, e aí incluo o historiador em atribuir significado aos espaços, não sendo eles apenas substratos fixos, onde

os grupos hegemônicos administram e impõem seus limites territoriais. A experiência do espaço é sempre socialmente construída. O que me parece mais urgente é politizar essa observação incontestável. Compreendendo-se a atribuição de sentido como uma prática, como se estabelecem os sentidos espaciais? Quem tem o poder de tornar lugares os espaços? Quem contesta isso? O que está em questão? (GUPTA; FERGUSON, 2000).

Deve-se observar que a produção dos espaços está permeada de múltiplos territórios; lugares que adquiriram significados no âmbito da memória e história. Existe uma relação dialógica entre os sujeitos verificada nas suas práticas culturais, onde estão constantemente *reterritORIZANDO* a experiência do espaço, produzindo novos sentidos, que hoje, parte da antropologia aponta-os como *fragmentados* e *descontínuos*. É isso que nos força a repensar os processos ligados à memória unívoca, que busca homogeneizar as experiências sociais presente na cidade, atribuindo trajetórias idênticas para sujeitos diferenciados. Essa memória cristalizada é associada aos lugares, à perda e nostalgia, caindo como uma luva para setores mais conservadores da sociedade que buscam acima de tudo preservar a ordem social e ocultar a topografia do poder.

Neste artigo, busco refletir sobre estas práticas de construção da memória social no município de Franco da Rocha, localizado na Grande São Paulo. As representações públicas acabaram por apontar uma dada imagem, que reivindica os espaços da cidade para si.

Uma das imagens comumente construída da cidade de Franco da Rocha tem ligação com o Hospital de Alienados do Juqueri, ou simplesmente Juqueri, como é mais conhecido. São inúmeras as representações construídas pelo poder público sobre a cidade e esta instituição. Partes desses discursos buscam legitimar a memória social e contrapor as sucessivas denúncias, que o tratamento psiquiátrico asilar acabou por provocar.¹

As denúncias constantes sobre o tratamento nos asilos psiquiátricos em todo o Brasil levaram a pautar novos modelos de assistência psiquiátrica e conseqüentemente o abandono desta instituição. Segundo Evelin Naked de Castro Sá (1983, p. 20), “não parece haver uma tomada de iniciativa, ou não parece haver liderança no Governo do Estado e dos grupos que batalham pela modernização da saúde mental, em termos de reabilitar o espaço do Juqueri.” Deste modo, o Juqueri passou a ser símbolo de atraso, de um passado talvez triste, talvez muito condenado, e que não possa ser recuperado.

Segundo Henri-Pierre Jeudy (1990), o abandono, seja de lugares ou de objetos, é também um teatro de memórias plurais, que tanto guarda ou preserva quanto expurga os

¹ Denúncias veiculadas na “grande” Imprensa, relatando casos de mal-tratos a pacientes, descuido, escassez de mão-de-obra, falta de higiene, abandono familiar, corrupção, entre outras.

sentimentos que impulsiona. Há uma estética do abandono. Os lugares abandonados resistem, evocando nostalgia, como se os eventos que haviam anunciado seu fim se tornassem os signos de sua transmutação em símbolos. As instalações abandonadas em meio à paisagem agitada da cidade, as placas indicando novos projetos, estimulam a produção de significados, ou de recordações, na produção de um sentido para o passado.

Em grande parte das cidades brasileiras onde existiam edificações que serviam de cadeia e que se situavam no centro urbano, embora fossem centros urbanos pequenos, foram transformados em casas de cultura, casas onde se mostra o artesanato, onde são feitas exposições ou até mesmo em museu, como o caso do Hospício de Barbacena, Minas Gerais (MG). De modo que sua trágica destinação anterior fica suplantada por outro uso social.

Na tentativa de otimizar cada vez mais os territórios, coloca-se em movimento a dialética da lembrança-esquecimento onde alguns lugares são selecionados, preservados e interpretados como lembranças de um tempo que não se quer cessar. Da mesma forma, outros vão sendo esquecidos, ofuscados como se não fizessem parte desta história. Neste sentido, tem-se uma “história certa” que justifica o projeto capitalista, privilegiando a atuação dos “grandes homens”.

Por outro lado, alguns lugares são selecionados, preservados, não para que se possa dar vazão a memória e pluralidade das experiências humanas, mas para cunhar uma “história certa” que justifique o projeto capitalista, privilegiando a atuação dos grandes homens.

Pensando nos estudos trazidos pelo II Seminário PROCAD², elegemos a memória como elemento para a compreensão da constituição de práticas e projetos do agora, procurando compreender o passado a partir das reconstruções que são feitas no presente. Isso requer do historiador um movimento cada vez mais prospectivo em direção ao passado.

Os estudos da memória a partir do olhar do historiador ganharam força com os trabalhos dos historiadores da Nova História. O surgimento da *École de Annales*, na década de 1920, foi detonador dessas mudanças e seus fundadores ampliaram os limites do campo de estudo da história. Historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre propuseram a diversificação de temas, e “pessoas comuns” passaram a fazer parte de uma “Nova História”. Surgiu então o debate sobre o que é documento para a história. Esse foi um grande passo para a diversificação das fontes, que passou a englobar a iconografia, a literatura e as artes. Desde então historiadores vem derrubando barreiras e investindo em “novas abordagens” e “novos

² O Programa de Cooperação Acadêmica (2001-2004) reuniu pesquisadores da PUC-SP, UFU, UFMG e UNIOESTE. Destacam-se as seguintes produções: *Muitas memórias, outras histórias* (ALMEIDA et al., 2004) e *Outras histórias: memórias e linguagens* (ALMEIDA et al., 2006).

objetos de pesquisa”. Foi um longo período até os estudos da década de 60 e 70.

Ao lidar com a problemática da memória e história, estamos cientes que estas não são sinônimas. Embora ambas seja a matéria-prima do historiador, por englobarem o conjunto de práticas, experimentadas ou vividas por determinados grupos sociais, elas se diferem. Para Pierre Nora (1993, p. 23), “a memória é a vida, sempre carregada pelos grupos vivos e por essa razão, ela esta em evolução permanente, aberta a dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações”. Já a história, segundo o mesmo autor, é “a reconstrução sempre problemática do que não existe mais”.

Na sua análise sobre memória, Michael Pollak nos trás importantes considerações. No diálogo com a abordagem durkheimiana e do sociólogo Maurice Halbwachs, Pollak (1989, p. 4) propõe: “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “Memória oficial”, no caso, a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (POLLAK, 1989).

O processo de construção das memórias sociais resulta, portanto, do processo de conflito social e de disputa por hegemonia política, no qual alguns espaços/experiências vão sendo valorizados, outros esquecidos.

Nos estudos de Alessandro Portelli (2001), a memória, a fala e as experiências vividas são aspectos sociais, constituídos pelos indivíduos dentro de um determinado espaço e tempo, não podendo ser considerados, contudo, como memória coletiva.

Cada indivíduo possui uma memória que lhe difere de outros. Há várias maneiras de se olhar e interpretar uma dada realidade. As pessoas, à sua maneira, ressignificam os espaços em que vivem, a partir de um tempo elaborando mitos sobre realidades que viveram ou tiveram um contato com algo já ocorrido. É preciso ressaltar, também pela ótica de Portelli, os sentimentos que são compartilhados destas tantas memórias individuais. O medo, a

insatisfação, a descrença, entre outros, aproximam as pessoas, talvez constituindo uma identidade. Portanto, cada um apresenta uma dimensão diferenciada de cada um destes anseios e sensações. (PORTELLI, 2001).

Se as memórias individuais narradas podem revelar normas, valores, enfim, partes da experiência social humana como propõe os autores acima, elas também podem ser o guia da construção da história oficial, escolhendo lugares e controlando a evolução dos acontecimentos que devem ser lembrados. É aí que podemos observar o papel que a memória cumpre, principalmente pelo fato de ser detentora de um passado que pode vir a subsidiar as práticas do presente.

Isto implica em pensar a memória, na sua dimensão política, como instrumento de poder a ser controlado. Não obstante, observamos os empenhos dos grupos sociais em (re)afirmar sua memória como legítima e universal. Selecionando, excluindo, determinando assim o que deve ser lembrado e esquecido em favor de certa memória. Heloisa Pacheco Cardoso (2006, p. 183), em sua análise sobre a memória de Juscelino Kubitschek, aponta:

A memória dominante surge como construtora de hegemonias privilegiando as visões oficiais que reconstróem a memória a partir da visão dos grupos que estão próximos ao poder. Ao decidir o que deve ser lembrado e esquecido esta memória vai justificando projetos políticos, reforçando normas e valores que na acepção dos que ocupam a esfera dirigente deve reger a vida na cidade.

Essas práticas sociais que optam muitas vezes por privilegiar ações de grupos hegemônicos acabam por interpretar a história de forma unívoca, escamoteando parte das experiências dos trabalhadores. Quando são notadas, atribui-lhe um significado de subordinação, naturalizando suas experiências sociais.

Assim, todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, não podendo ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. (POLLAK, 1989).

Ao propor a existência de “memórias subterrâneas”, Pollak (1989) confere ao processo de enquadramento uma dinamização que acima de tudo nos permite considerar aquilo que apontei como sendo considerável na fala do italiano Portelli – a ressignificação dos espaços feita pelas pessoas.

A Cidade da “Ciência e da Ternura” ou cidade-hospital

A negatividade das análises produzidas pela imprensa, e também por boa parte dos materiais bibliográficos³ sobre o Juqueri, favoreceu práticas sociais que visaram, sobretudo, criar uma identidade que desse legitimidade a vocação da cidade. Segundo alguns grupos oficiais, a identidade da cidade estaria voltada para a “ciência e ternura”. Assim, na década de 70, a lei 758/75, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, criou um cognome para a cidade: cidade “ciência e ternura”. Sobre este termo o vereador, autor da frase, explica em um jornal local:

Ciência, por causa do hospital Psiquiátrico de Alienados que era o maior da América Latina e que propiciava um tratamento mais humano para essas pessoas. A ternura porque nosso povo é hospitaleiro, é mais terno e recebe a todos com carinho. (Jornal Juca Post, ed. 171, nov. 2005, p. 4).

Este lema da cidade, segundo o jornal, entrou para posteridade sendo a frase que define bem a característica hospitaleira de Franco da Rocha como cidade que acolhe gente de toda parte do país. (Jornal Juca Post, ed. 171, nov. 2005, p. 1). A frase acabou por apontar para uma dada memória, recebendo uma grande aceitação da população, dada a unanimidade em que o projeto de lei foi aceito. Porém este ato de criação do vereador parece não ser tão espontâneo assim. Em um depoimento ao mesmo jornal o prefeito que aprovou a lei no ano de 1975, Ângelo Seleguim, revela o verdadeiro propósito da frase:

Houve um Congresso de vereadores em Campinas e eu era uma pessoa, fui de jogatina, de ficar ali jogando baralho enquanto se faziam as palestras. Eu ficava acompanhando tudo. E nossa comitiva de Franco da Rocha contava com o Bira e o Oscar José de Almeida. O Juqueri não tinha boa fama. O Bira sugeriu para Oscar uma proposta que melhorasse o nome da cidade. E ele apresentou um projeto sugerindo a frase “Ciência e ternura” como slogan da cidade. E realmente o pessoal gostou da idéia e foi aprovado o projeto que depois foi transformado em lei e sancionado por mim. (Jornal Juca Post, ed. 173, nov. 2006, p. 8).

Assim, partimos da suposição que o slogan foi criado para suplantando uma imagem negativa da cidade, ligada principalmente ao Hospital. É notório que ao longo do tempo foram sendo reforçadas marcas de memórias que acabaram por privilegiar certas identidades em detrimento de outras. Este processo envolve uma diferenciação e hierarquização dos territórios e sujeitos, auxiliando o estabelecimento da hegemonia e da dominação.⁴

³ Neste sentido, consultar o trabalho clássico de Maria Clementina Cunha: *O espelho do mundo: Juqueri, a história de um asilo* (1986) e Evelyn Naked de Castro Sá: *Análise de uma instituição pública complexa no setor saúde. O Conjunto do Juqueri no Estado de São Paulo* (1983).

⁴ Neste sentido, as preposições de Antonio Gramsci, retomadas posteriormente por Raymond Williams (1979), ajudaram a compreender que há constantes negociações entre sujeitos e incorporações de significados de um

Essas representações foram sendo socialmente construídas a partir de certos grupos políticos, privilegiando determinadas visões do espaço urbano, onde seus interesses foram reivindicando a centralidade das experiências sociais vividas na cidade.

Assim sendo, o periódico local *Juca Post*⁵ produziu uma série de reportagens na década de 90 e no início do século XXI visando contar a história do município e homenagear os 100 anos do Hospital psiquiátrico do Juqueri. Semelhantemente, o próprio Hospital promoveu diversas práticas culturais como: pinturas de muros, shows, feiras e uma cartilha intitulada: *Juquery – 100 Anos (1898-1998): mito, estigma e símbolo de transformação*⁶. Neste intervalo de tempo, a Prefeitura Municipal, em parceria com um morador local, o Sr. José Parada (2006), lançou o livro/revista: *Conto, canto e encanto com minha cidade; Franco da Rocha: ciência e ternura*.

Estes materiais são importantes para percebemos que o ato de memorizar a cidade *ciência e ternura* está intimamente unido ao pioneirismo do tratamento psiquiátrico desenvolvido pelo alienista Dr. Francisco Franco da Rocha no início do século XX. Assim, o *Juqueri*, como é popularmente conhecido, é o símbolo maior desta memória, cuja dimensão social permeia a cidade, fruto de um longo processo de formação territorial, onde alguns espaços públicos foram destinados a receber o nome do médico, ou simplesmente *Juca*, fazendo referência clara ao Hospital.⁷

Esta memória que centraliza a figura do Dr. Francisco Franco da Rocha e do Hospital do Juqueri, seleciona os lugares e acontecimentos que devem ser lembrados como experiência da cidade, anulando as relações de poder e as desigualdades que compõem o próprio social para homogeneizar esse passado como mito. Observamos o relato:

segmento social pelo outro. Em um processo dialético através de trocas que, segundo Williams, constitui a hegemonia cultural.

⁵ O jornal *Juca Post* foi fundado em 1985 por um grupo de amigos. Aparentemente o jornal não tinha grandes pretensões. Com o passar dos anos constituiu-se num lugar de expressão na cidade. [...]. Já se passaram 21 anos desde aquela tarde senegalesca de sábado, numa modesta sala comercial no segundo andar do pequeno prédio que abrigava o distante “Bola Branca”, um grupo de amigos se reunia para fundar este jornal [...]” (COUTINHO, 2006). Sua importância no meio social pode ser percebida na festa de comemoração do jornal, onde estiveram presente grande parte dos membros do poder legislativo e executivo da cidade, bem como outros nomes de representatividade econômica de Franco da Rocha.

⁶ Essa publicação, alusiva ao centenário do Hospital do Juqueri (1889 a 1998), foi uma iniciativa da administração – representada pela diretora Maria Tereza Gianerini Freire (1998) – e foi apoiada pelo Secretário de Estado da Saúde (José da Silva Guedes) e pelo Governador do Estado de São Paulo (Mário Covas).

⁷ Neste sentido, observa-se na cidade a grande variedade de nomes próprios derivados da palavra *JUCA* que são empregados em estabelecimentos como: oficinas, bares, restaurantes, lojas ou, ainda, em eventos culturais (*JUCAFEST*), exposições, campeonatos, bailes até mesmo o jornal da cidade: *Juca Post*. Estes nomes fazem referência direta ao Hospital e a sua especialidade – o tratamento da loucura. O louco deixa de ser apenas um nome para designar o paciente acometido de doença psiquiátrica e passa a ser um personagem, ganha as ruas estampado nas fachadas comerciais. Podemos citar ainda os símbolos oficiais da cidade como o Brasão e o Hino Municipal, todos eles fazendo referência clara ao hospital e ao médico.

www.pucsp.br/revistacordis

Foi então a partir das idéias e metas do médico que a cidade passou a ser um centro de referência psiquiátrica mundial. Dr. Franco da Rocha lutou contra problemas sérios, como falta de água, iluminação, falta de verbas para a contratação de pessoal competente e tantos outros, porém não se entregou. Pelo contrário, preocupou-se ainda mais com o aspecto médico-assistencial dos internos, atendendo pessoalmente a maioria dos doentes. Por isso Franco da Rocha é conhecida como Cidade Ciência e Ternura [...] devido ao grande bem que fez pela psiquiatria mundial e pelo avanço e progresso da cidade, seu nome ficará para sempre marcado, de alguma forma, no coração da comunidade local. (PARADA, 2006, p. 21).

A história da cidade é contada a partir da história do Dr. Francisco Franco da Rocha. A cidade surge como protagonismo deste médico que, segundo o relato, “lutou pelo progresso da cidade”. Esta visão vai (re)afirmando o mito em torno do médico que pode indicar um exemplo a ser seguido por todos, seus ideais são reforçados expressando seus valores e condutas: “lutou contra problemas sérios... Não se entregou... Atendia pessoalmente a maioria dos doentes.”

Este material produzido em parceria com a Prefeitura Municipal cumpre uma finalidade social, como o próprio autor relatou no jornal local, na coluna denominada: *Projeto raízes*: “nossa cidade cresceu muito de uns tempos para cá, vieram outras pessoas que não conhecem as nossas origens, o projeto tem esse objetivo contar a história da cidade para os novos moradores para que estes conheçam.” (PARADA, 2001, p. 4).

O problema maior, a nosso ver, torna-se visível quando essa história contada não inclui os outros sujeitos sociais, ela contempla apenas os grupos mais tradicionais que estão próximos das esferas de poder. Como a história do médico Francisco Franco da Rocha, Ângelo Seleguim, Sestine, Pacheco e Silva e tantos outros que a memória oficial procura exaltar. No caso do médico, sua história é contada como uma verdadeira saga, onde o mesmo assume feições de um grande herói. Os outros sujeitos populares ora ou outra aparecem na história da cidade, mas cumprindo um papel secundário que contribuíram para reforçar feitos dos grandes homens, cuja herança parece repousar sobre os atuais líderes do município.

Essa memória social que elege o Hospital como referência de identidade da cidade se alimenta da cultura escrita e iconográfica de que se tem maior ou menor consciência. Essa *cultura letrada* foi se constituindo em um longo período, emergindo em determinados momentos como discurso político ou na forma de projetos patrimoniais.

O jornal *Juca Post*, na última década, procurou recontar a história do município muitas vezes a partir da elite francorochense, privilegiando alguns líderes políticos. Deste modo, muitas notícias e informações são utilizadas para afirmação do pensamento destes grupos sociais que pretendem ser hegemônicos na região ou promover os seus sujeitos. Recorrendo a

Sodré (1983, p. 2), “[...] logo, a grande imprensa capitalista compreendeu, também, que é possível orientar a opinião através do fluxo de notícias”. Embora o periódico *Juca Post* não venha a ser uma grande imprensa capitalista, suas notícias e histórias publicadas cumprem as funções de orientar a opinião pública e de propagar uma memória da cidade.

Como havia assinalado anteriormente, este movimento da imprensa constitui-se em um longo período de hegemonia cultural, emergindo em determinados momentos como discurso político, realimentando uma determinada identidade para a cidade. Rastreando a história da cidade através dos relatos de imprensa, os quais chamarei de propagandista e memorialista, encontramos fortes indícios de que as trajetórias e os feitos desses homens ligados ao poder público tem ditado a memória que narra a cidade.

A primeira referência que se pode fazer é a delimitação do espaço geográfico, uma vez que o nome da localidade Juqueri acabou por denominar o nome do Hospital, e o nome do médico que fundou o hospital, denominou a cidade. Esta inversão curiosa pode ser explicada a partir da atuação deste médico na região. É consenso nos materiais bibliográficos produzidos pela prefeitura e imprensa local, a seleção do seguinte texto:

Franco da Rocha não passava de caminho para os bandeirantes que se dirigiam ao Estado de Minas Gerais e em suas terras havia apenas fazendas. O nome da cidade anterior era conhecido como Parada do Feijão ou Estação Juquery devido a construção da *São Paulo Raylmay Company*, ligando Santos a Jundiáí, foi o povoado alcançado em 1867 pelos trilhos de ferro. A projeção do nome de Franco da Rocha deve-se à instalação, no município, do Hospital de Alienados. (Revista Ferrovia, ano XXII, n. 252/3).

O trecho acima se constitui em um documento/monumento selecionado a partir da visão oficial para contar a história do município. O que se verifica neste texto publicado pela revista *Ferrovia*, na década de 50, é uma construção de uma dada história, onde a cidade não passava de um caminho para os bandeirantes, associando-a a um local tranqüilo, sem muita importância. Se pensarmos no contexto do século XIX ao qual o texto se refere, a localidade fazia parte da Freguesia de Juquery, atual município de Mairiporã, o qual constituía um importante pólo de produção agrícola daquela época.

O autor Pasquale Petrone (1995), ao escrever sobre a evolução dos aldeamentos paulistas do século XIX, destaca “o cinturão caipira” em torno de São Paulo, identifica aldeamentos indígenas existentes desde o século XVIII. Aponta a Freguesia de Juquery, Parnaíba Cotia, Parnaíba, Bom Sucesso, São Bernardo e Diadema, Itaquaquecetuba e Itapeverica da Serra como um dos principais núcleos “caipiras”, caracterizando uma identidade rural voltada para a produção de alimentos.

Segundo Petrone, os aldeamentos não se tratavam de aldeias; eram, na verdade, agrupamentos forçados pelo colonizador. Estas terras, que antes pertenciam aos indígenas, passaram por um processo de espoliação, sendo inúmeras vezes alvo de disputas entre os índios e os colonos. Quando os aldeamentos foram emancipados restaram poucas terras para os índios, em alguns casos, como em Pinheiros, a espoliação fora total. Fato notado pelo viajante Saint-Hilare (1940, p. 217): “Em 1823 a espoliação dos indígenas de Pinheiros estava completamente consumada e pode ser que o estivesse desde muito antes, intrusos ocupavam todas as terras que a esses infelizes pertenciam.”

A Estrada de Ferro *São Paulo Railway*, inaugurada em 1888, ligando Santos-Jundiaí, ao ser construída em parte das terras do município de Juquery, apresentou para os moradores das imediações um atrativo para o deslocamento, inclusive para os que moravam no núcleo do município de Juquery, próximo a capela da Nossa Senhora do Desterro. Infelizmente, pouco se sabe dos grupos indígenas deste local e das suas tradições. A cultura material dos indígenas acabou por ser destituída ao longo do tempo, restando aquilo que podemos chamar de “cultura residual”⁸.

De acordo com o documento/monumento selecionado por Parada (2005) e o jornal Juca Post para contar a história da cidade, a instalação do hospício seria a intervenção que movimentou a cidade e trouxe novos moradores. Este fato também recebe grande importância no relato publicado pela revista *Ferrovias*:

Em 1852, em São Paulo, numa casa a Rua São João, foi fundado o primeiro hospício, destinado a abrigar os dementes que então eram arremessados nos cárceres das cadeias públicas. Diante do grande número de doentes, que crescia dia a dia, o governo do Estado adquiriu, 1864, uma chácara na ladeira Tabatinguera para transferir os doentes, com o escoar dos anos a chácara não comportando mais o elevado número de doentes, o governo do Estado designou para resolver o problema o Sr., Dr. Francisco Franco da Rocha, o qual sugeriu que fosse adquirido um terreno à margem da linha inglesa, junto à estação de Juquery. Feita a aquisição pelo governo, de uma área de 150 hectares, 1895 foram iniciadas as obras de construção da Colônia Agrícola de Juqueri, pelo notável arquiteto Ramos de Azevedo, com capacidade para 800 leitos. (Revista *Ferrovias*, ano XXII, n. 252/3).

Torna-se significativo para a construção da memória desta cidade o que o texto aponta, o fato de o empreendimento que tinha como Diretor o Dr. Francisco Franco da Rocha ter

⁸ Raymond Williams (1979, p. 125) defende que, em toda sociedade, há elementos culturais residuais e emergentes em constante conflito. O residual não significa o resto da cultura “residual”, conota o modo pelo qual o secundário e o não-integrado são capazes de deslocar a força da significação para os limites mais desfavorecidos das escalas de valor, sociais e culturais, com o objetivo de questionar suas hierarquias discursivas a partir de posições laterais e descentramentos híbridos.

retirado dos cárceres das cadeias públicas os doentes que eram ali arremessados. Dando uma idéia de que viviam sem cuidados, amontoados e abandonados à própria sorte.

A intervenção que o povoado sofreu com a instalação do Juqueri foi fruto de um processo de higienização em São Paulo, no qual o Dr. Francisco Franco da Rocha assumia grande importância, tendo todo apoio do Estado, que visava, sobretudo, organizar e controlar as massas. Adentrando a nação na chamada modernidade, deu-se início a diversas políticas públicas respaldadas no discurso médico que apontava a “degeneração” das raças como um empecilho à civilização. (SCHWARCZ, 1993).

Sobre isso o próprio Dr. Franco da Rocha, em seu livro *Hospício e colônias de Juquery – vinte anos de assistência aos alienados em São Paulo, 1912*, discorre:

A assistência aos alienados é um problema social como os outros e não escapa à mesma observação. Neste turbilhão de atividade sôfrega – no comércio, lavoura, indústria, especulações, etc. – onde vencem uns e tombam outros, não faltam os momentos propícios para a explosão da loucura. Os centros populosos, com sua agitação de progresso, têm atrativos especiais para todas as variedades de degenerados. Entre os sonhadores que buscam terras estranhas e fecundas para lá desenvolverem a própria atividade, muitos são bem dotados pela natureza [...]. Outros, para os quais a natureza foi madrasta, só trazem os ideais; falta-lhes o resto, o essencial. São os desequilibrados que concorrem com boa parte para o povoamento dos hospícios. Entre os imigrantes abundam os desequilibrados, sonhadores de riquezas, que imaginam, com os olhos na América, um infinito de prosperidade e fortuna. Aqui chegados, vendo em pouco tempo desfeitas as suas ilusões, esbarrando com a dura realidade da luta pela vida, longe da terra onde nasceram oprimidos pela saudade, recorrendo ao álcool como consolos, lá vão, a caminho do Hospício, aumentar os detritos da sociedade recolhidos àquela casa. (ROCHA, 1912, p.16).

Os conceitos de degeneração e predisposição como causas importantes e freqüentes das moléstias mentais e a noção de que a civilização, com sua atividade urbana frenética, contribuem para a eclosão da loucura, define a sua proposta terapêutica: um asilo-colônia que promova o afastamento dos doentes de seu meio original prime pelo isolamento e a convivência num ambiente moralmente higiênico onde, além de observação clínica e prescrição medicamentosa adequadas, são praticados os bons hábitos e o trabalho.

E é, de fato, inegável nesse autor o desejo de contribuir para uma organização social embasada na moral, na ordem e no progresso. Não seria fora de propósito afirmar que Franco da Rocha, a despeito de algumas divergências com determinados autores positivistas, seus contemporâneos, como Teixeira Mendes, era um ardoroso defensor dos princípios de Augusto Comte. Afinal, depositava na ciência moderna todas as suas esperanças em relação à solução dos problemas da humanidade. (BASBAUM, 1976).

A memória evocada pelas publicações oficiais procura naturalizar estes conflitos sociais, privilegiando a atuação do médico como bem-feitor da Humanidade. Atribui-se assim o nome do médico a cidade. A localidade foi elevada a distrito de paz pelo decreto n. 6.693, de 21 de setembro de 1934, com o nome de Franco da Rocha e, a município, pelo decreto-lei n. 14.334, de 30 de novembro de 1944. (PREFEITURA..., 2009).

Dois anos depois desse ato político, encontramos menção do médico na inauguração do primeiro grupo escolar que recebe, também, o seu nome, *Franco da Rocha*. A inauguração é notícia no jornal *Vida Nova*⁹. Nele consta o discurso de algumas autoridades presentes em tal evento; dentre elas destacamos a seguinte assertiva de Armando Pinto:

Neste instante em que a Estação de Juquery inaugura o seu grupo escolar saudamos a memória do grande homem de sciencias que foi Francisco Franco da Rocha, que aqui passou a maior parte de sua vida dedicando-a ao bem estar de seus semelhantes. “Grande cérebro, grande coração, grande caráter” – exclamou Taunay. Como diretor do Hospício e Colônias Juquery, foi o grande patrício o realizador da grande obra que ai está a provar o quanto vale a intelligencia e a capacidade do Paulista. Já em 1912, ao prestar contas de um trabalho de 20 annos dedicados ao serviço público, dizia Franco da Rocha: “as noitadas e insônias, dissabores, desgostos, preocupações, de responsabilidades, trabalho mental e material, tudo isso deve estar no programma de quem se dedica de corpo e alma a um serviço dessa natureza”. Foi de facto Franco da Rocha – dentro do Hospital, não só administrador diligente, como ainda um grande benfeitor, pois acompanhava de perto todos os movimentos alli realizados, dando a mais completa assistência aos insanos. Ainda há poucos dias, na visita que fizemos a Exma viúva do grande cientista, ouvimos palavras de saudades e pudemos compreender o quanto valeram o auxilio e a dedicação prestadas pela veneranda patrícia aquella Vida tão útil aos seus semelhantes. Honremos a memória de Franco da Rocha, o grande benfeitor da humanidade. (Jornal Vida Nova, 1936, n. 5).

Poderíamos levantar várias questões sobre esse discurso, dentre elas a memória em torno da identidade dos “paulistas” ao enfatizar a “capacidade” destes. O autor expressa aquilo que o discurso da época ressoava, buscando construir uma identidade do Brasil, especialmente de São Paulo, que vinha sendo associado aos Bandeirantes como símbolo do progresso e luta (re) afirmado na chamada Revolução Constitucionalista. Francisco Franco da Rocha era um paulista, e junto com Ramos de Azevedo, materializou um grande feito, “o maior Hospital Psiquiátrico da América Latina”. Aqui a dimensão física, arquitetônica e quantitativa são aspectos que, segundo está memória, bastam para coroar um “grande homem.”

⁹ Jornal de circulação na região Juquery e Caieiras, fundado em 1934 por Armando Pinto, permanecendo em circulação até 1986.

Não obstante, por um longo período, foram essas as características privilegiadas pelas classes abastadas para escrever as histórias das cidades, dos Estados e do Brasil. Neste sentido, as políticas de preservação tiveram uma substancial contribuição ao tombar e significar os espaços a partir de sua atuação. Sobre isso Déa Fenelon (1992, p. 29) discorre:

A preservação dos lugares quase sempre partiu da concepção de patrimônio histórico como o conjunto de bens móveis e imóveis associados a ‘fatos memoráveis’ da história da cidade, que possuem um ‘excepcional valor’ artístico, bibliográfico, etnográfico ou até mesmo arqueológico.¹⁰

Os espaços foram sendo significados a partir da experiência da classe dominante, expulsando dos lugares as memórias dos grupos populares, ou da classe trabalhadora. Em dado momento isso ocorreu também em Franco da Rocha. O tombamento dos edifícios do Complexo Hospitalar do Juqueri, realizado pelo CONDEPHAAT, em 1985, apresentava as seguintes argumentações:

A importância do conjunto arquitetônico construído por Ramos de Azevedo, que é um exemplo relevante de conjuntos hospitalares em São Paulo, a tradição da História da Saúde Pública referente à Saúde Mental; o acervo documental existente que permite pedagogicamente a recuperação da memória e a motivação para o resgate de prestígio da Saúde Pública no Brasil [...]. O Hospital Central foi cuidadosamente planejado, o que se revelam em seus volumes, espaços internos e externos, detalhes de abertura de portas e janelas, revestimentos, grades, vitrais e também no projeto paisagístico [...] nota-se a filiação com o neo-românico [...] sobressai-se o sistema de comunicação entre pavilhões, realizado através de requintadas galerias cobertas, cuja estrutura em madeira repousa em colunas de ferro artisticamente trabalhadas [...] constitui um rico testemunho de arquitetura hospitalar, de uma concepção de tratamento psiquiátrico, espelhada em seus espaços, e das obras de Ramos de Azevedo e Franco da Rocha.¹¹

Assim, o sentido da política de preservação adotada em Franco da Rocha não foi muito diferente das realizadas em São Paulo e no Brasil, a partir do Estado Novo. Essa reivindicação procura então cristalizar uma dada memória ligada a Saúde Pública no Brasil, valorizando os aspectos arquitetônicos, como assinalou Fenelon (1992). É aí que podemos observar o papel que a memória cumpre, principalmente pelo fato de ser detentora de um passado que pode vir a subsidiar as práticas do presente.

¹⁰ Essa concepção de patrimônio histórico, segundo Fenelon (1992, p. 29), “acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição da identidade nacional. O trabalho de preservação assumia um nítido caráter ideológico que marcou, desde então, a política cultural de tombamento:” Este livro – *O direito à memória* (CUNHA, 1992) – reuniu parte do material apresentado e discutido no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entre 11 e 16 de agosto de 1991.

¹¹ Parte de um estudo realizado pelo CONDEPHAAT, em 1985, onde se iniciou o processo de tombamento do Complexo Hospitalar do Juqueri em Franco da Rocha. (SÃO PAULO, 1985, p. 15).

Dois questionamentos se impõem a estas reflexões. Seria esta memória representativa das experiências sociais vivenciadas pela maioria da população? Como os moradores articulam suas vivências na cidade a partir do que lhe foi posto como memória?

Na perspectiva de Arantes Neto (2000), a cena urbana é um espaço contraditório onde as relações de territorialidade são vividas com “vários mundos em guerra”, criando signos diversos e articulando dominações e resistência diante de uma ambigüidade de forças onde os sujeitos lidam com suas experiências não apenas entre classes sociais antagônicas, mas também entre sujeitos que vivem e compartilham o mesmo espaço, projetando interesses e expectativas muito distintas dos espaços ocupados. Para Arantes Neto (2000, p. 137):

A participação no processo social se dá não a partir de apenas um, mas resulta do conjunto desses vários eixos, cada um dos quais possuindo estatuto político próprio. Em certos contextos numa capacidade, e em outros, noutra, somando instância de identidade, expondo algumas, camuflando outras, transitamos taticamente em função de negociações e interesses socialmente situados e, assim fazendo, exploramos, constituímos e reordenamos as fronteiras simbólicas que nos unem e nos separam, com toda a sua ambigüidade e ambivalência.

A partir desta leitura conclui-se que a dimensão social que permeia a cidade é muito mais intensa e que não pode ser enquadrada em esquemas rígidos e vista longe do campo de forças em que seus sujeitos atuam. Em outras palavras, consideramos que embora integrados por uma economia e uma estrutura mais ampla, existem sujeitos sociais diferenciados que atuaram no processo de produção, reprodução dos territórios, constituindo grupos locais com memórias diversificadas, aos quais a memória hegemônica procura desconsiderar ou relega a segundo plano na formação da cidade.

Referências

ALMEIDA, Paulo R. et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

_____. et al. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: UNICAMP, 2000.

BASBAUM, L. *História sincera da República – de 1889 a 1930*. 4. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976. v. 2.

COUTINHO, Benedito. *Juca Post*. Edição 182, out. 2006.

- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e imagens. In: ALMEIDA, Paulo R. et al. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.
- CUNHA, Maria C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. (Org.). *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio Histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.
- FREIRE, Maria T. G. *Juquery – 100 Anos (1898 – 1998): mito, estigma e símbolo de transformação*. Cartilha publicada pela Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, 1998.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “Cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio. *O espaço da diferença*. (Org.). Campinas: Papyrus, 2000.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- JORNAL Vida Nova, n. 5, 1936.
- JORNAL Juca Post. Edição 171, p. 4, nov. 2005.
- JORNAL Juca Post. Edição 173, p. 8, nov. 2006.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, p. 7-28, 1993.
- PARADA, José. *Canto e encanto com minha cidade; Franco da rocha: ciência e ternura: Noovha América*, 2005.
- _____. *Juca Post*. Edição 128, p. 4, 2001.
- PETRONE, Pasquale. *Os aldeamentos paulistas e sua função na valorização da Região Paulistana*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vértice, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A história oral como gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, p. 9-36, jun. 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA. Disponível em: <<http://www.francodarocha.sp.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2009.
- REVISTA Ferrovia, ano XXII, n. 252/3.
- ROCHA, FRANCO F. *Hospício e colônias de Juquery – vinte anos de assistência aos alienados em São Paulo*. São Paulo: s/e., 1912.

SÁ, Evelyn Naked de Castro. *Análise de uma instituição pública complexa no setor saúde. O conjunto do Juquery no Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1983.

SAINT-HILARE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1940.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. *Estudo de tombamento do Hospital do Juqueri*. São Paulo, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Mortz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Martins, 1953.

* Adilson S. Reis é mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Este artigo é fruto de parte do trabalho que venho desenvolvendo no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, intitulado: O Viver na “Cidade Ciência e Ternura”: Memórias e Histórias na cidade de Franco da Rocha (1970-2008), sob a orientação de Heloisa de Faria Cruz. E-mail: <adilsonhistoria@hotmail.com>.

Recebido em novembro de 2009; aprovado em junho de 2010.